



**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
História e Culturas Políticas**

**Os Espelhos de Príncipes no Antigo Regime Ibérico: A educação política
dos monarcas cristãos.**

Margareth Pereira Lima

Orientador: André Luis Pereira Miatello

Belo Horizonte
2012

RESUMO

Esta monografia busca estudar o gênero formado pelos Espelhos de Príncipes nos séculos XVI-XVII, mais especificamente obras escritas na Península Ibérica. E compreender as suas características, como um tipo de literatura pouco explorado pela historiografia, e que muito exemplifica acerca da cultura política do Antigo regime, em que se buscava um modelo perfeito de governante, cristão e ético, preocupado com os súditos e também com a moral e os bons costumes.

Palavras-chaves: Espelhos de Príncipes, Cultura Política e Educação.

SUMÁRIO

Introdução	Página 4
Os Espelhos de Príncipes Ibéricos	Página 9
Obras Portuguesas e Espanholas	Página 20
Conclusão	Página 33
Referências Bibliográficas	Página 36

INTRODUÇÃO

“Compreender, todavia, nada tem de passivo. (...) Como todo o sábio, como todo o cérebro quando simplesmente percebe, o historiador escolhe e aparta. Em suma, analisa. E, primeiramente, descobre as semelhanças, a fim de as aproximar”.¹

No mundo do Antigo Regime existe uma vasta documentação que trata de temas referentes à monarquia (ofício de Rei), Estado e conservação de poder. Arelado a esse universo destaca-se um tipo de literatura importante para a compreensão do cenário inerente a essa temática: *Os Espelhos de Príncipes*. Esses livros constituíam importantes agentes na propagação de normas e condutas. Como principal alvo, esses textos que possuem natureza fundamentalmente pedagógica eram oferecidos ao rei, como forma de melhor orientar a educação do príncipe sucessor, e não somente, eram utilizados por toda a aristocracia que tinha acesso aos livros, não ficando restritos à biblioteca régia².

Esse gênero retórico, cujas origens podemos buscar tanto no mundo antigo quanto no período subsequente, de afirmação da cristandade durante a Idade Média, conhece um aumento significativo entre os séculos XVI e XVII. No entanto, seu modelo adentra o século XVIII, mesmo após o surgimento das teorias iluministas.

O tema da educação diferenciada para o príncipe herdeiro está entremeadado de normas, regras e condutas que envolvem um número grande de pessoas no espaço interno e externo à corte. Além disso, este tipo de literatura é expoente de um cenário em que havia um modelo ideal de governante, o qual faz parte de um imaginário que tratamos de Cultura Política.

Por Cultura Política entende-se *“conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração*

¹ Como teoriza Marc Bloch, ao historiador cabe julgar ou compreender? O historiador, responde ele, não deve se portar como um juiz diante dos fatos, cabe a ele a imparcialidade e a compreensão. BLOCH, Marc. “A Análise Histórica “. In.: Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa – América. 5ª ed, s/d. pp. 126.

² BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-49)* Lisboa: Edições Cosmos, 1996, pp.31.

para projetos políticos direcionados ao futuro.”³ Rodrigo Patto, ao estudar o tema, aponta os autores clássicos⁴ das ciências sociais na elaboração e desenvolvimento do conceito, que surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos da América⁵.

As Ciências Sociais norte-americanas representadas pelos teóricos Almond & Verba carregam uma forte influência da sociologia, da antropologia e da psicologia, e sua principal característica é a presença marcante do etnocentrismo, pois eles buscam entender como funciona o modelo democrático americano para expandi-lo ao restante do mundo, num claro sinal de disputa ideológica, uma vez que o mundo vivia sob a Guerra Fria.

E o interessante seria criar um modelo de desenvolvimento atraente e que pudesse ser aplicado em outros países a fim de “incentivar” outras democracias a se tornarem sólidas e estáveis. Outra característica relevante para entender a reflexão de Almond & Verba é o papel político dos Estados-Nação, o caráter nacional e a democracia como fatores determinantes na cultura política. Assim, o conceito não pode ser dissociado da ideia de um modelo de comportamento político nas democracias participativas, ou seja, os autores entendem que a cultura política democrática é uma conquista da sociedade ocidental, e desse modo, eles acreditam que é quase impossível pensar em cultura política no Oriente, pela falta de democracia, pelo fato de estarem submetidos ao Estado e à religião, é o que chamam de “cultura política da sujeição”, num claro apelo etnocêntrico.⁶

Por outro lado, a historiografia francesa, influenciada pela antropologia e que, portanto, explora muito mais o lado cultural é representada por Serge Berstein⁷, que defende a atitude das pessoas como construídas também por crenças, medos, paixões, etc, como importantes agentes para a compreensão do que se pode chamar de cultura política, e que ele considera relevante o papel das representações na sua definição, e ainda o seu caráter plural num dado momento da história e num dado país. Berstein, juntamente com

³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: Idem (org.) *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, pp. 21.

⁴ No caso do Brasil, além dos estudos de Rodrigo Patto vale a pena conferir: KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, pp. 227-250.

⁵ ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *The Civic Culture. Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963. Apud in: MOTTA, Rodrigo Patto Sá, op. cit

⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá, Op. Cit, pp. 17.

⁷ BERSTEIN, Serge (org.) *Les cultures politiques en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1999. Apud in: MOTTA, Rodrigo Patto Sá, Op. Cit.

outros teóricos, como por exemplo, J. F. Sirinelli⁸, que compõem a “escola” francesa criticam (e não somente os franceses) o modelo proposto por Almond & Verba, pois está carregado de um sentimento etnocêntrico em que existiria uma linha evolutiva e o seu fim, seu modelo ideal estaria próximo da democracia existente nos EUA, demonstrando a “superioridade” da cultura política norte-americana. E também consideram imprópria a generalização que eles fazem ao atribuir características homogêneas a todo um povo como se fosse uma cultura política única, nacional.

Os historiadores franceses defendem a existência de uma noção de cultura política estreitamente ligada à cultura global de uma sociedade, porém sem se confundir com ela. Junto a isso, acreditam na pluralidade e nas diferenças existentes no interior de um mesmo espaço nacional, ao invés de procurar uma cultura política específica de cada povo, eles buscam identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam um mesmo espaço nacional, privilegiando assim o estudo de culturas políticas tão diversas como a comunista, anarquista, conservadora, liberal, etc.

Entretanto, podemos tentar reconhecer alguns pontos de aproximação entre essas duas vertentes. Em primeiro lugar, ambas aceitam o papel fundamental e a influência das tradições e dos valores que os indivíduos recebem e que são determinantes para a formação política, é o que Berstein chama de vetores pelos quais passam a integração da cultura política, como a família, a escola entre outros. Além disso, compartilham da ideia de cultura política como um fenômeno em evolução, mas não estático, imóvel, é o que ele caracteriza como um corpo vivo, que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, podendo ser até mesmo as contribuições de outras culturas políticas quando parecem boas e parecem trazer boas respostas aos problemas.

O conceito é complexo e envolve uma série de requisitos para que o assunto tratado possa ser definido como tal. No entanto, como propõe Berstein, o conceito não é estático, pode ser visto como algo em transformação constante. E, por isso mesmo, deve ser levado à luz por outros pontos de vista, em que considerem também o contexto do Antigo Regime.

Um dos expoentes mais interessantes no conceito é a ideia de adesão, que sugere que somente podem ser vistos como cultura política, aqueles que estão inseridos no mundo

⁸ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX & SIRINELLI (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988.

contemporâneo, como por exemplo, a cultura política comunista, a liberal, a anarquista, etc. No entanto, pensar em uma cultura política de Antigo Regime em nada parece absurdo, uma vez que homens e mulheres do período tratado tentavam se adequar, ou ainda se “encaixar” no espaço cortesão de diversas maneiras. E do mesmo modo, tentavam ocupar alguma função de destaque ao lado do delfim, ou até mesmo do próprio rei.⁹ Alguns poderão dizer que se trata apenas de uma tradição, que por sinal atravessa séculos, todavia envolve um grande peso cultural e político.

Rodrigo Patto afirma que o conceito não se adapta a fenômenos passageiros, ele só pode ser usado como elemento estruturado e reproduzido ao longo do tempo. Utilizando a tipologia de Fernand Braudel, ele acredita que Cultura Política se encaixe, no mínimo, ao tempo de média duração¹⁰. “*O valor do conceito está em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição. Por isso, não há lugar para o efêmero*”.¹¹ Acredita também que ao se tratar de tempo recuado, como é o caso do século XVI, e caracterizá-lo como cultura política, deve-se tentar adequá-lo às teorias de Almond e Verba, através dos conceitos de cultura política paroquial e cultura política da sujeição.¹²

A presente monografia busca analisar o gênero formado pelos Espelhos de Príncipes e o seu caráter tradicionalmente pedagógico. E ao apresentar as suas principais características, mostrar de que modo estes espelhos serviam como agentes da propaganda política, evidenciando a moral, a ética, a política, dentre outros.

Dessa maneira, no primeiro capítulo foi feita uma análise geral sobre esse tipo de prática letrada, sua importância, as principais características e referências neste estudo, o cenário inicial do seu surgimento e a consequente legitimação durante a medievalidade, além de alguns conceitos, os quais estão intimamente ligados ao tema, como por exemplo, o bilinguismo e o antimaquiavelismo. No segundo capítulo mostramos, de uma maneira

⁹ É claro que estamos nos referindo aos nobres da Idade Moderna, mas que de certo modo almejavam um “lugar ao sol”, é o caso dos validos e dos autores do gênero especular, os quais se tornavam mestres, professores de xadrez, de combates, de ensinamentos para a guerra, aios, etc. E no caso das mulheres, tornavam-se, sobretudo amas de leite.

¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá, Op. Cit, pp. 22.

¹¹ Idem. Nesse caso, parece oportuno reafirmar a longevidade da tradição aqui exposta, a literatura especular, que nasceu no mundo antigo e chegou até o moderno, envolvendo crenças e mitos muito fortes em relação à importância de uma educação diferenciada para o príncipe.

¹² Ibidem, pp. 33.

geral, as principais obras e autores do mundo ibérico, pertencentes a este cenário especular, seus interesses e motivações.

Capítulo I. OS ESPELHOS DE PRÍNCIPE IBÉRICOS.

Os discursos políticos produzidos na Península Ibérica¹³ durante os séculos XVI e XVII ofereceram um leque extenso de livros destinados quase sempre à educação dos príncipes. Tais livros, denominados *Espelhos de Príncipes*, constituíam-se, de acordo com Ana Isabel Buescu, importantes agentes propagadores de normas prescritivas de conduta, ao qual se somava toda a aristocracia que tinha acesso aos livros. Essas obras ultrapassavam, portanto, o universo das bibliotecas régias, como observou a historiadora portuguesa no livro *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-1549)*.¹⁴

De uma forma geral, os espelhos são obras que têm, como principal característica, uma função pedagógica destinada ao príncipe em particular. Para além desta dimensão “educacional”, o tipo de literatura em questão e a multiplicação desses tratados permitem situá-los num quadro ideológico de afirmação e propaganda da monarquia, em que parece empenhar-se o próprio rei¹⁵. No que diz respeito à origem, os *specula principis* remontam a uma tradição clássica, mas afirmaram-se no medievo.¹⁶ Eram expoentes que ocupam lugar de destaque desta tradição medieval os autores São Tomás de Aquino e Egídio Romano, que escreveram as mais significativas obras deste gênero da “pedagogia especular”¹⁷ no século XIII, ambos curiosamente, com o mesmo título: *De Regimine Principum* e que marcam o triunfo da matriz aristotélica na literatura destinada ao príncipe¹⁸. A obra de Egídio Romano conheceu de sua publicação até o início do século XVII, uma fortuna sem igual entre os demais espelhos de príncipes. Ao referir-se a este texto, o autor Michel Senellart¹⁹ em seu livro *As Artes de Governar*²⁰ aponta que o *De Regimine Principum* de

¹³ Somente serão analisados aqui exemplares desta literatura produzidos em Portugal e Espanha.

¹⁴ BUESCU, Ana Isabel. Op.Cit., pp.31.

¹⁵ Idem., pp. 20

¹⁶ _____. *Memória e Poder: ensaios de história cultural (séculos XV-XVII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, pp. 69

¹⁷ Essa expressão é de Monica Ferrari Alfano, e tal informação encontra-se na nota nº 17 da introdução de BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe...* Op. Cit.

¹⁸ _____. Op. Cit., pp.39

¹⁹ SENELLART, Michel. *As Artes de Governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

Egídio Romano é, não somente uma obra cuja extensão é considerável se comparada aos demais espelhos, como também conheceu um sucesso sem equivalência se comparada aos demais exemplares do tipo. Objeto de numerosas traduções, difusões manuscritas e várias edições, o *De Regimine Principum*, diz ele, “impôs um modelo que certos autores ainda reproduzem no século XVII”²¹. Esta obra fixa por vários séculos a estrutura, as regras e as convenções a partir das quais os demais livros desta literatura destinada à educação principesca irão se desenvolver. Trata-se, portanto, de uma das principais obras do gênero especular, e sua relevância para o desenvolvimento da tradição dos Espelhos de Príncipes é um consenso na historiografia que trata do tema.

Ainda em Senellart, podemos encontrar uma boa explicação sobre a adoção do termo “Espelho”, onde ele aponta a aparição da palavra Espelho (*Speculum*) no primeiro tratado sobre o governo do príncipe, no fim do século XII. É o caso da obra *Speculum regale* de Godofredo de Viterbo (1180/1183). De acordo com Senellart, havia um grande número de obras do mesmo tipo com títulos diferentes, mas desde W. Berges adotou-se o hábito de designar pelo nome genérico de *Fürstenpiegel*, Espelhos de Príncipes, todos os escritos que pertencem ao gênero da parenética régia.²²

Os autores Adeline Rucquoi e Hugo O. Bizarri, no artigo sobre os *Specula Principis* na corte de Castela durante a Idade Média, analisam as matrizes ocidentais e orientais conformativas do gênero político-literário em questão, e afirmam:

El género de los “espejos de príncipes” ha tenido, en la Península Ibérica, un desarrollo constante y continuo. La necesidad de formación del príncipe, y de los miembros de la alta nobleza en general, origino la elaboración de tratados que, si bien no han tenido por lo general influencia en el resto de Europa, no por ello han poseído características menos específicas. Entre los siglos XII y XIV, el proceso que dio origen a una serie de tratados relativos a la educación del príncipe

²⁰ Não é por acaso que esteja no plural. O autor quando intitulou o livro de “As Artes de Governar” não estava procurando uma essência, um princípio fundador, ao contrário, o conceito ‘governo’ designa uma multiplicidade de definições. Ele resgata a polissemia desse conceito remetendo-o às suas origens medievais, quando o ofício de governar não se via ainda associado ao exercício do poder do Estado, mas era pensado por referência a uma variedade de fins: morais, pedagógicos, técnicos. Cf. sinopse de SENELLART, Michel. *As Artes de Governar...* Op. Cit.

²¹ SENELLART, Michel. Op. Cit. pp. 194

²² Idem, pp. 49.

*se desarrolló en médio de la confrontación de formas orientales y occidentales y, en el curso de la segunda mitad del siglo XIII, innumerables obras didácticas y moralizantes, atribuídas a filósofos o a sábios, fueron de hecho traducciones o adaptaciones de formas llegadas de Oriente.*²³

Segundo estes dois autores, o livro *Secretum Secretorum*, cuja autoria foi atribuída, durante muito tempo a Aristóteles, constituiu o principal modelo de espelho de príncipes, sendo substituído pelo *De Regimine Principum* de Egídio Romano, a partir do final do século XIII. Mas em que categoria dispor os Espelhos de Príncipes? Senellart afirma que, embora eles se dirijam pessoalmente ao príncipe, a quem expõem regras de conduta e exemplos de virtude, eles tendem cada vez mais a levar em conta as exigências concretas da *res publica*²⁴.

A autora Ana Isabel Buescu trabalha o papel dos Espelhos de Príncipes, sua importância e lugar na sociedade. A sua obra restringe-se ao pensamento político português, no entanto, como indica a própria autora, havia uma proximidade cultural muito grande entre Portugal e Espanha, prova-o, segundo ela, o fenômeno do bilingüismo²⁵, isto é, a utilização do idioma castelhano na corte portuguesa.²⁶ Esta autora realiza uma revisão bibliográfica na qual indica as principais referências para o estudo da problemática dos espelhos de príncipe no cenário europeu, tendo início pelas obras que analisaram este gênero no período medieval. Ao referir-se ao mundo moderno, a autora destaca as obras de Allan Gilbert²⁷ e de Felix Gilbert²⁸ nas quais, segundo ela, há uma análise da obra *O Príncipe* de Maquiavel em que se busca entendê-la a partir de uma lógica de continuidade

²³ RUCQUOI, Adeline y BIZZARRI, Hugo O. Los Espejos de Príncipes en Castilla: entre Oriente y Occidente. *Cuad. Hist. Esp.* [online]. ene./dic. 2005, vol.79 [citado 24 Mayo 2008], p.7-30. Disponible en la World Wide Web: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0325-11952005000100001&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0325-1195. O formato ISO não possui paginação.

²⁴ SENELLART, Michel., Op. Cit. pp. 54.

²⁵ Tal fenômeno será analisado mais à frente.

²⁶ BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-49)* Op.Cit, pp.31

²⁷ GILBERT, Allan. Apud in: BUESCU, Ana Isabel. *Memória e Poder: ensaios de história cultural (Séculos XV-XVII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, pp. 80-1.

²⁸ FELIX, Gilbert. Apud in: BUESCU, Ana Isabel. *Memória e Poder. Op.cit.* 80-1.

com a tradição dos espelhos, não sob o ponto de vista das rupturas que esta obra teria introduzido no pensamento político moderno.

Ela destaca também a obra de Maria Angeles Galino Carrillo.²⁹ Estranhamente, a autora não menciona em sua revisão o trabalho de José António Maravall³⁰, obra considerada uma referência para o assunto, cuja análise buscou uma abordagem sistemática da teoria política daquele universo.

Maravall, historiador espanhol, buscou empreender um estudo sistemático acerca das teorias políticas ibéricas deste período. O autor seleciona, organiza e classifica um corpus documental constituído de textos de natureza teológica, jurídica e política, bem como os escritos de caráter pedagógico, ao qual dedica o primeiro capítulo de seu livro. A razão para essa falta provavelmente se encontra no recorte temporal realizado pelos dois autores, uma vez que Buescu concentra-se na pedagogia especular portuguesa do século XVI e Maravall está preocupado com o estudo das teorias de Estado surgidas na Espanha do século XVII.

No universo do gênero especular podemos declarar que estas obras tratam de temas diversos, passando da questão da formação do príncipe infante³¹ aos atributos régios cujos governantes devem possuir, trazendo à tona muitos aspectos pertinentes ao pensamento político da época, tais como: a relação da política com a fé, a questão das armas e guerras, os conselhos e a escolha dos conselheiros, a questão do valimento, favoritismo ou privança³², etc. Ana Isabel Buescu demonstra como os espelhos exerceram influência no

²⁹ GALINO CARRILLO, Maria Angeles. *Los Tratados sobre Educacion de Príncipes. Siglos XVI y XVII*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948.

³⁰ MARAVALL, José António. *Teoria Española del Estado en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995.

³¹ Sobre a etimologia da palavra infante, conferir o artigo de HANSEN, João Adolfo. *Educando Príncipes no Espelho*. Publicado em FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr., Moisés (Org.). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez Editora, 2002, v. 1, p. 61-97. Disponível em <<http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/view/81>>. O referido autor explica o sentido da palavra em relação à criança e distingue o seu significado de uma criança comum para a criança que se tornará o rei quando adulto.

³² Sobre a questão do Valimento no Antigo Regime conferir: OLIVEIRA, Ricardo de. “Valimento privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.25, n° 50, pp. 217-238 – 2005; _____. “Amor, Amizade e Valimento na Linguagem Cortesã do Antigo Regime”. *Revista Tempo*. Niterói: UFF – Programa de Pós-Graduação em História, Vol. 11, n° 21, Jul-Dez 2006. pp. 109-132; _____. “Pela Graça do Rei. Um estudo sobre o valimento no Antigo Regime Ibérico. O caso de Alexandre de Gusmão”. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004. (Tese de Doutorado).

“processo civilizador”, sobre o qual encontramos uma magnífica explicação nos clássicos livros do sociólogo Norbert Elias³³. Houve, segundo ela, uma “apropriação aristocrática” destas obras, originariamente destinadas à realeza³⁴, já que esse tipo de literatura divulgava práticas sociais e códigos de conduta que se generalizavam a toda nobreza cortesã. Sabemos que Norbert Elias, analisando a história dos costumes e hábitos culturais, procurou demonstrar a lenta evolução de uma nobreza de tipo guerreira para uma nobreza cortesã através do estudo de livros de etiqueta e boas maneiras, desde o século XIII. Elias mostra que, desde a Idade Média até os nossos dias, teve lugar uma transformação gradual das classes dirigentes no sentido de um aprimoramento dos hábitos e costumes, onde a espontaneidade deu lugar à regra e à repressão na vida privada.

Outra característica decisiva no que diz respeito aos espelhos de príncipe ibéricos é a rejeição ao “maquiavelismo”³⁵. O interessante é analisar que nas obras desta tratadística política a despeito da publicação e circulação do livro *O Príncipe* de Maquiavel, as funções do governo real não excluem, para o mundo ibérico, a observação dos preceitos cristãos, mais especificamente católicos, porém tal observação é condição necessária para um bom governo, quer dizer, o que vemos traçado nas linhas destas obras é o ideal de um príncipe cristão. Assim nos diz Maravall: “*y sobre todas ellas, morales e intelectuales, le son necesarias al Príncipe las virtudes teologales,*”³⁶, isto é, faz-se necessário ao Príncipe o conhecimento das coisas de Deus, esta é sua principal virtude. As virtudes são um traço bastante relevante nesse cenário, e delas trataremos a seguir.

No que se refere a Maquiavel, Ana Isabel Buescu afirma que “*o realismo político de inspiração maquiavélica vem significar uma ruptura decisiva no caráter de certo modo unitário da representação do perfeito governante*”³⁷ Ela diz que a obra de Maquiavel

³³ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2 Vols., 1993.

_____. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2001

³⁴ BUESCU, Ana Isabel. *Memória e Poder...* Op. Cit, pp. 80-1.

³⁵ O conceito formado a partir das ideias presentes em *O Príncipe* de Maquiavel, que também é um espelho de príncipe, não excluem a referência a Deus, nem mesmo podemos tratá-lo como uma obra “anticristã”. O que se verifica é uma rejeição da política à religião proposta por Maquiavel.

³⁶ MARAVALL, José António. Op. Cit, pp. 269.

³⁷ O conceito de ruptura aqui aplicado é tratado de maneira distinta por Sennelart, em que ele enxerga *O Príncipe* como texto ainda articulado à literatura especular: “*Veremos que entre uma e outra a figura do Príncipe maquiaveliano representa menos um corte brutal do que uma transição, forte e surpreendente, sem dúvida, derrubando clichês e convenções, mas através da qual se prolonga uma antiquíssima pedagogia régia, ao mesmo tempo que nela emerge uma consciência nova das condições da ação política.*” *O Príncipe*:

representa a constituição de um discurso fundador, antagônico ao discurso normativo tradicional sobre os deveres do príncipe, o exercício do poder e o governo da república. Sobre esse “realismo político”, Buescu diz haver o estabelecimento de um novo paradigma em ruptura com a “trilha seguida por outros”. Difícil determinar quem são os outros, mas é possível indicá-los. Em geral, aceita-se que Maquiavel opõe a sua forma de abordar a matéria dentro do gênero especular àquelas mais tradicionais, representadas pela Antiguidade (Xenofonte³⁸, Plutarco³⁹), pela Idade Média (Santo Agostinho⁴⁰, São Tomás de Aquino⁴¹, Egídio Romano⁴²) e, enfim, humanista (Poggio Bracciolini⁴³, Erasmo⁴⁴, Francesco Patrizi⁴⁵, Diego Lopes Rebelo⁴⁶).

Ainda que não se deva exagerar o traço de *continuidade* dos *espelhos de príncipe* – pois o segmento sofreu mudanças em sua estrutura e conteúdo ao longo do tempo –, os escritos acima enunciados configuram-se como as origens desse gênero literário. No medievo, João de Salisbury⁴⁷ merece uma menção especial, pois o *Policraticus* tem sua estrutura configurada na contraposição entre rei e tirano – e na defesa da doutrina do tiranicídio e do direito de resistência popular. Para além disso, faz-se oportuno salientar duas outras fontes centrais que fundamentam o discurso especular: a tradição clássica do

não livro fundador, manifesto de uma ciência nascente, mas texto de articulação entre a Literatura dos Espelhos e os manuais de Estado. Para que se possa formar no século XVII uma ciência positiva do Estado, será preciso romper-se a forma do espelho na qual o Príncipe, a despeito de sua ironia subversiva, permanecia encerrado.” pp.48-9.

³⁸ A obra chama-se *Ciropedia*. E segundo A.I Buescu viria a constituir no século XVI uma das referências tutelares na representação do perfeito príncipe. Cf. em *Imagens do Príncipe* pp. 76.

³⁹ Principalmente seu famoso livro *Vitae Parallelae*, cujo processo de restituição da obra remete ao *Quattrocento* italiano. A obra constitui-se de uma série de biografias de príncipes e homens ilustres da Antiguidade como Péricles, Sólon, Alcibíades, Cícero, César ou Alexandre e a sua fortuna radica sobretudo no fato de fornecer modelos acabados do ideal heróico. Cf. BUESCU, A.I. Idem, pp. 76.

⁴⁰ No livro *Cidade de Deus* há o aparecimento do primeiro retrato do príncipe ideal dos primórdios da Idade Média. Cf. BUESCU, A.I. Idem, pp. 32.

⁴¹ Tomás de Aquino. *De Regno sive de regimine principum*. In.: *Opuscula omnia*, ed. Jean Perrier, vol. I, Paris, 1949, pp. 221-67. Referência Bibliográfica contida em SKINNER, Quentin. Op. Cit.

⁴² *De Regimine Principum*.

⁴³ Sabemos que Poggio realizou a tradução do original grego para o latim de *Ciropedia*, de Xenofonte (378-362 a.c.), que prescreve um modelo de príncipe ideal. Cf. BUESCU, A.I. Idem.

⁴⁴ ROTTERDAM, Erasmo. *Educación Del Príncipe Cristiano*. (1ª edição 1517). Madrid: Tecnos, 2003.

⁴⁵ PATRIZI, Francesco. *De regno et Regis institutione*. Prato, 1531.

⁴⁶ LOPES REBELO, Diego. *De Republica Governada per Regem*. Reprodução fac-símile da ed. De 1496, Introdução e notas de A. Moreira de Sá, tradução para o português de Miguel Pinto de Menezes, Lisboa, 1951.

⁴⁷ Trata-se do *Policraticus*.

pensamento político em geral – Sócrates, Platão, Aristóteles, Sêneca, Cícero, Tácito Tito Lívio etc; e as *Sagradas Escrituras*, que se constituíam como uma grande inspiração e fundamento, pois tanto do Antigo como do Novo Testamento provinham uma filosofia moral e grandes exemplos de vidas virtuosas, e “... apresentando frequentemente a figura de Jesus Cristo como o supremo modelo de todo e qualquer governante”⁴⁸.

Maquiavel, porém, efetuará uma inversão da tradicional concepção ideal do governante em *O Príncipe* (1532). Esta obra é usualmente tida como um tratado de ciência política, mas possui uma estrutura que o vincula à longa tradição do gênero principesco. Aqui, neste momento, cabe transcrever um célebre trecho d’O Príncipe:

E porque sei que muitos já escreveram a esse respeito [da relação do príncipe com seus súditos e aliados], *receio*, ao reconsiderá-lo *eu*, ser tomado por um presunçoso, *pois que me aparto*, especialmente no trato dessa matéria, da *trilha seguida por outros*. Contudo, sendo o meu intento escrever coisas úteis àqueles que as lerão, parece-me mais conveniente conformar minhas palavras à verdade efetiva do meu objeto que a uma visão imaginária do mesmo. Muitos foram os que conceberam repúblicas e principados que jamais foram vistos ou reconhecidos como tais. Há, porém, uma tão grande distância entre o modo como se vive e o modo como se deveria viver, que aquele que em detrimento do que se faz privilegia o que se deveria fazer mais aprende a cair em desgraça que a preservar a sua própria pessoa.⁴⁹

A ressonância política e ideológica instaurada por Maquiavel terá, sensivelmente a partir de fins do século XVI, uma importância decisiva na redefinição dos *tratados para a educação do príncipe*, que enfatizarão, a *dimensão ética do poder*. Esta questão apresenta-se articulada com o problema da Reforma e da Contra-Reforma, que acentuará a dimensão da espiritualidade do príncipe cristão – e católico - colocando-se o acento na necessidade das virtudes cristãs para o bom governo.⁵⁰

⁴⁸ CARDIM, Pedro. *Religião e Ordem Social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime*. In.: Revista de História das Idéias. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v.22, 2001, pp. 133-74. p. 152.

⁴⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2007. p.73. Grifos nossos.

⁵⁰ BUESCU, A.I. *Imagens do Príncipe...* Op.cit. Nota 114 da p.45. Grifos nossos. Recolhemos alguns dos exemplos mais explícitos dessa “reação católica” ao maquiavelismo, afim de melhor ilustrar o que a autora quis dizer: Pedro Ribadeneira, *Tratado de la Religión y Virtudes que debe tener el Príncipe Cristiano para gobernar y conservar sus Estados. Contra lo que Nicolas Maquiavelo y los políticos de este tiempo enseñan* (1595); Cláudio Clemente em *El maquiavelismo degollado por la cristiana sabiduría de Espana y de Áustria. Discurso Cristiano-político* (1637); P. Francisco de Garau em *Tercera parte del Sabio instruido de la*

A formação dos Estados Monárquicos Modernos deu origem a uma ampla discussão sobre sua constituição e junto a isso, existe um debate riquíssimo em torno do ofício régio. Nesse sentido, a problemática acerca da construção da imagem do monarca ideal se faz presente na maior parte destes livros. A imagem do rei deve ser observada em torno de três pólos, a saber: as virtudes individuais (físicas e espirituais), de relação (governo da casa e relações familiares) e do governo virtuoso, tripla direção que na convergência da autoridade bíblica, aristotélica e dos modelos clássicos, virá a mostrar-se como imprescindível na construção de um discurso sobre a imagem do perfeito monarca.⁵¹ O bom funcionamento da república depende desta interação entre as três virtudes.

A codificação da imagem ideal do governante construída pelos Espelhos de príncipe é fruto da própria concepção organicista da sociedade, na qual o rei é a cabeça, e, portanto o primeiro protagonista. “Assim, só um monarca virtuoso pode tornar virtuosa a república e, nesse sentido, aquele quadro de virtudes ganha uma dimensão necessariamente política e um alcance ideológico indiscutível.”⁵² Nessa perspectiva, a multiplicação desse discurso, nomeadamente a partir da decisiva formulação, como gênero, dos espelhos de príncipes no século XIII na corte capetúngia, deve ser olhada como um meio de afirmação e de propaganda da própria instituição monárquica⁵³.

Sobre o bilinguismo, fenômeno que se insere no cenário político português do século XVI, podemos tratá-lo como fruto da proximidade cultural existente entre Portugal e Espanha, e pode ser observado nos espelhos de príncipes portugueses deste período.

Ana Isabel Buescu aponta que a forte presença do idioma castelhano na corte portuguesa podia ser observada não somente nos espaços elitizados, nos círculos letrados e eruditos, como também nas outras camadas sociais, sobretudo as urbanas, fato que reflete

Naturaleza, con esfuerzos en el tribunal de la razón; alegados en cuarenta y dos máximas políticas y morales. Contra las vanas ideas de la Política de Machiavelo (1700) e Juan Blázquez Mayoralgo, em *Perfecta razón de Estado, deducida de los hechos del Señor Rey Don Fernando el Católico, quinto de este nombre en Castilla y segundo en Aragón. Contra los políticos atheístas* (1646). Já entrevemos em alguns desses títulos a idéia de que a religião é o melhor meio para a conservação do Estado.

⁵¹ BUESCU, A.I. *Imagens do Príncipe...* Op. Cit. pp. 17.

⁵² Idem.

⁵³ Idem, pp. 20

essa aproximação entre os dois reinos⁵⁴. “*A realidade constituída pelo bilinguismo, nomeadamente no âmbito da cultura erudita e de corte é, pois, de tal forma indiscutível no século XVI.*”⁵⁵

Entretanto, um fato relevante que deve ser levado em consideração ao tratar desse caso é o lado cultural do bilinguismo, e não somente seu lado no âmbito linguístico, pois como aponta Sousa Viterbo⁵⁶ é preciso sistematizar a reflexão sobre as condições que levaram ao estabelecimento de tal prática. E, talvez a principal causa seja a política matrimonial dos monarcas portugueses e castelhanos, pensando numa estratégia de unificação dinástica entre as duas Coroas, e nesse sentido, ao analisar a ida frequente de princesas espanholas para a corte portuguesa, este autor afirma que elas levavam seus hábitos, costumes, e claro, o idioma que eram aceitos sem grande dificuldade, tornando-se a linguagem castelhana habitual entre os espaços cortesãos, até como um modo de lisonjear as rainhas.⁵⁷ Contudo, ao avaliar o bilinguismo deve-se ir mais longe nas implicações que causava no campo cultural, não considerando apenas esse processo em que o cortesão lisonjeia o soberano como a chave explicativa.

A presença e disseminação do castelhano encontram-se também em outros meios sociais, fora dos espaços eruditos, sobretudo a corte, onde ele encontra o seu pólo irradiador mais forte. É o caso da literatura de cordel e os romances, as canções e os provérbios castelhanos circulavam pelas ruas de Lisboa e a sua presença era viva no cotidiano urbano. No entanto, foi o teatro o condutor mais eficaz do castelhano junto das camadas populares⁵⁸.

Uma questão referente ao bilinguismo que não pode ser desprezada é o lado político no período da União Ibérica (1580-1640), ou seja, lembrar que além dos fatores anteriormente citados existe esse diferencial que se deve somar na análise⁵⁹. Sobre isso a autora nos fala:

⁵⁴ BUESCU, Ana Isabel. *Memória e Poder...* Op. Cit, pp.51.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ VITERBO, Sousa. *Apud* in BUESCU, A.I. *Memória e Poder*. Op.Cit

⁵⁷ Idem, Op. Cit. pp. 52.

⁵⁸ Ibidem, pp. 55-6.

⁵⁹ Para um estudo mais detalhado sobre o Bilinguismo Cf. BUESCU, A. I. “‘Y la H Española es fácil para todos’. O bilinguismo, fenômeno estrutural (séculos XVI-XVIII)”. In.: *Memória e Poder*. Op. Cit.

Com efeito, o bilinguismo, agora sustentado pela existência de uma unidade política, surge como um elemento cuja vitalidade, embora condicionada e estimulada pela conjuntura, se insere, pois, numa tendência estrutural que lhe é anterior. O que há é, evidentemente, todo um conjunto de novas situações proporcionadas pelo fato de a *opção* linguística poder ter agora um significado político⁶⁰.

A facilidade proporcionada pelos casamentos régios funciona, como sabemos, como um “pano de fundo” em que se fundamenta a crescente importância do castelhano, mas outros fatores colaboraram para tal fortalecimento, como por exemplo, a presença constante de membros de ordens religiosas como capelães, pregadores e confessores contribuiu igualmente de modo decisivo para intensificar a relevância da influência castelhana.

Outro caso importante a ser tratado aqui é a reforma universitária empreendida por D.João III. Pensar esta reforma no âmbito das mudanças não somente educacionais, mas, sobretudo, das relações de poder, nas quais estavam envolvidos o rei e os seus preferidos nas distribuições dos cargos. Muitos dos nomes dos religiosos (que eram também os professores em muitos casos) foram escritores de espelhos de príncipes.

D. João III foi o responsável por grandes mudanças educacionais, sobretudo a criação da Universidade de Coimbra. A questão da educação provocou um intenso debate, pois as escolas e as universidades eram vistas como espaços de promoção social. Nesse sentido, é que nomes como Baltasar de Faria Severim defendiam em público, no início do século XVII, o fim ou a inutilidade dos estudos. Para ele, até este rei, “*não avia tanta ocasião de os lavradores, oficiais mecânicos, e mais gente plebeia de todo o Reino mandarem seus filhos ao estudo, e só as pessoas poderosas e as que moravam em Lisboa tinham essa comodidade*”.⁶¹ As universidades de Coimbra, fundada por D.João III, de Évora e de Lisboa, por D.Henrique, de Braga, pelo arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, de Bragança, pelos cidadãos, e do Porto, contra a vontade da mesma cidade,

⁶⁰ Idem, pp. 59.

⁶¹ CURTO, Diogo Ramada. A Cultura Política. In.: *História de Portugal*. No alvorecer da modernidade(1480-1620). Vol.III. Direção de José Mattoso. Portugal: Editorial Estampa, 1997. pp. 117.

aumentaram tanto a oferta que todos têm ocasiões e comodidades para manter os filhos no estudo, não existe mecânico que queira ensinar a seu filho o seu ofício⁶².

Esse processo de transformação iniciado por D. João III, que tem na transferência da Universidade para Coimbra um dos seus primeiros marcos, se intensifica no início do seiscentos, mas existem numerosas discussões anteriores. É o que mostra Ana Isabel Buescu:

A transferência da Universidade para Coimbra em 1537 marca o início de uma nova era nos estudos superiores em Portugal mas é, por outro lado, o culminar de todo um processo de reformas que, segundo Mário Brandão, vem desde 1527, ano em que D.João III institui cerca de cinquenta bolsas de estudo para a formação universitária (nomeadamente no campo da teologia) de estudantes portugueses no Colégio de Santa Bárbara em Paris.⁶³

Outra questão é o encerramento das instituições educacionais, ao propor que as rendas destas sejam aplicadas em guerras e armamentos, delinea-se uma relevante oposição do século XVI: das armas às letras⁶⁴. E ainda o que se pode perceber é que havia uma certa disputa, ou até mesmo rivalidade entre os letrados, os doutores e/ou detentores de um título académico.

Mas vale destacar é que junto à presença de religiosos, muitos professores chegam também a Portugal⁶⁵, dentre eles contam-se nomes de alguns espanhóis como Alfonso de Prado, Luís de Alarcón, Francisco de Monçón dentre outros.

⁶² Idem. Há então que se pensar nesse discurso “igualitário”, de promoção social, ou mesmo de valorização proposto por Diogo R. Curto, pois essa defesa de assistência aos mais humildes parece um tanto quanto descabida para o momento.

⁶³ BUESCU, Ana Isabel. *Memória e Poder...* Op. Cit , pp. 56.

⁶⁴ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. A guerra: os homens e as armas. Ibidem, pp. 102-109.

⁶⁵ BUESCU, Ana Isabel. Idem, pp. 57.

Capítulo II. OBRAS PORTUGUESAS E ESPANHOLAS.

Existe uma infinidade de livros que se ocupam com o discurso normativo em torno da figura do príncipe, porém selecionamos alguns⁶⁶ para caracterizar que, embora no geral tenham características que os unem num mesmo conjunto literário, muitas peculiaridades envolvem o universo especular, e mais especificamente, seus autores. Trataremos de obras escritas em Portugal e Espanha no período que compreende os séculos XVI e XVII.

Ana Isabel Buescu nos mostra que a formação do príncipe enquanto criança e jovem tem uma importância particular, pois são nesses momentos da vida em que as regras são sistematizadas, formando um verdadeiro itinerário pedagógico⁶⁷. Esse itinerário responde à necessidade de constituição de um discurso que prioriza não apenas o perfil do rei virtuoso, mas uma série de práticas fundamentais à formação do futuro soberano.

Nesse sentido, dois livros assumem uma posição de destaque na elaboração do discurso de formação do príncipe em Portugal do século XVI. São eles o *Da [Creação] dos Príncipes*, de António Pinheiro e o *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano*, de Francisco de Monçon.

O primeiro texto, de António Pinheiro (1510 – 1582), é um manuscrito inédito existente na Biblioteca Pública de Évora. Seu autor ocupou a corte joanina entre os anos de 1541 a 1580 como mestre do príncipe herdeiro D. João e também como orador régio⁶⁸. Ele foi bispo, pregador de reis, mestre de príncipes e cronista do reino, passando com valimento durante o reinado de D. João III, os períodos de regências de D. Catarina e do Cardeal D. Henrique durante a menoridade de D. Sebastião, a sucessão e ascensão ao trono de Felipe II, quando logo depois chegou a falecer⁶⁹.

O *Da [Creação] dos Príncipes* é um exemplar significativo, pois reflete a importância da interação armas e letras adquirida no mundo hispânico no século XVI⁷⁰. Para Antonio Pinheiro, a cultura letrada traz três frutos muito importantes para o jovem príncipe: o exercício da razão, em primeiro lugar, pois é um elemento disciplinador de

⁶⁶ Os exemplares aqui utilizados serão citados como uma análise simples, não é nosso intuito aprofundar nenhuma das obras.

⁶⁷ BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe...*pp.87.

⁶⁸ Idem, pp. 88.

⁶⁹ Ibidem, pp.89.

⁷⁰ Ibidem.

tendências e pulsões; em seguida a sensatez, e por fim, a antecipação da prudência, embora sendo jovem e inexperiente, o príncipe consegue conhecimento e maturidade através dos estudos. *“A cultura letrada surge, pois, como um elemento decisivo na sua formação, ao forjar um quadro de virtudes que, necessárias na esfera individual e familiar, têm um indiscutível sentido político, e serão mais tarde imprescindíveis ao exercício do poder.”*⁷¹

Ana Isabel Buescu também faz uma abordagem sobre a idade adequada tratada por Antonio Pinheiro para que o príncipe inicie a alfabetização e o contato com as letras.⁷² Um dado, porém deve ser levado em consideração, Antonio Pinheiro considera ser possível ensinar a criança a ler antes dos 07 anos de idade, isso porque é ele um mestre de príncipe, ao mesmo tempo em que estabelece os 12 anos como a idade limite para que o jovem lide com as letras.

A figura do mestre é, do mesmo modo, de extrema relevância neste contexto, pois não basta que para o ensino das primeiras letras seja um homem de saber mediano. Essa preocupação perpassa de uma maneira geral todo o universo especular, e sobre isso nos diz Buescu que o caráter decisivo da escolha dos mestres resulta na formação da criança.⁷³ *“Assi como os tenros membros da creianca se acabam de formar e endereitar com as mãos da comadre, assi os costumes e doutrina se podem ou melhorar com a eminencia do mestre, ou danar com sua imperfeição”.*⁷⁴

O segundo exemplar, sem igual no cenário especular português, de acordo com Buescu, é o livro de Francisco de Monçon. Este espanhol teve uma participação de destaque na corte portuguesa do século XVI quando por convite do próprio rei D. João III e por ordem da imperatriz D. Isabel, sua irmã, chegou a Portugal em 1535⁷⁵.

Na corte castelhana desempenhava o cargo de pregador, e foi um dos poucos professores que, por ordem régia, transitaram para a recém-criada Universidade de

⁷¹ Ibidem, pp.92.

⁷² Ibidem, pp 93 e 94.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ *Da [Creação] dos Príncipes*, cap.5, fol.58. Apud BUESCU, Ana Isabel. Op. Cit.

⁷⁵ BUESCU, A. I. Op.Cit, pp. 103.

Coimbra. Foi também capelão e pregador do monarca D.João III, cônego da Sé magistral de Lisboa, cargos que manteria com certa notoriedade no reinado de D.Sebastião⁷⁶. Provavelmente nascido em Madrid, estudou Artes e Filosofia na Universidade de Alcalá, onde tornou-se Mestre em Artes em 1526, nesta lecionou as disciplinas de Lógica, Física e Metafísica, obtendo pouco tempo depois o grau em Teologia pela mesma Universidade⁷⁷.

No entanto, a sua passagem por Coimbra, para onde seguiu por transferência do Estudo de Lisboa, não se prolongaria por muito tempo. Designado em 1537 para a cadeira de Véspera, (essa atribuição seria renovada em 1539, por mais três anos). Seu afastamento aconteceu por definitivo em 1544. Embora não se tenha conhecimento exato da data, deve remontar à época da sua saída da Universidade a obtenção, por concurso, da dignidade de cônego magistral da Sé de Lisboa, cargo que conservaria até a sua morte em 1575⁷⁸. Sobre a sua importância junto ao rei e no cenário da corte, nos diz Buescu:

Apesar de escassearem os dados, podemos considerar que a sua saída de Coimbra, em 1544, não veio significar uma eventual perda de valimento junto do monarca. A publicação nesse mesmo ano, na oficina de Luís Rodrigues, livreiro do rei, do tratado intitulado *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano*, obra destinada à educação de D.João, príncipe herdeiro, deixa entrever uma proximidade indiscutível com a corte, circuito aliás através do qual Monçón viera para Portugal em 1535.⁷⁹

O interessante é que o próprio teor da obra e o aparente empenho do monarca na sua publicação parecem sugerir que Monçón mantinha um estatuto apreciável junto de D.João III. Por causa dessas relações é fundamental conhecer a sociedade na qual os espelhos de

⁷⁶ Idem, pp. 56.

⁷⁷ Sobre Francisco de Monçón e o *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano* conferir: LIMA, Margareth Pereira. A Educação do Príncipe Cristão na Literatura Especular do Antigo Regime Ibérico: uma análise da obra de Francisco de Monçón. (Portugal século XVI). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010. Monografia em Língua Portuguesa; TERREIRO, Álvaro do Nascimento. *Um pedagogo espanhol na corte portuguesa no século XVI: Francisco de Monzón e os seus tratados de educação de príncipes*. (Tese de Doutorado – Universidade Pontifícia de Salamanca, 1972); SOARES, Nair Nazaré de Castro. “A Virtuosa Benfeitoria, primeiro tratado de educação de príncipes em Português”, *Biblos*, vol. LXIX, Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D.Pedro (25 a 27 de Novembro de 1992), 1993, pp. 289-314.; *O Príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerônimo Osório*. Coimbra, INIC, 1994; FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *Francisco de Monzón, capelão e pregador de D. João III e de D. Sebastião* Porto, 1991; *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica (1450-1700)*. Porto, Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento policopiada, 1992.

⁷⁸ BUESCU, A. I. Op.Cit, pp. 103.

⁷⁹ Idem.

príncipes foram escritos, e como afirma Quentin Skinner⁸⁰ o estudo das ideologias nos permite identificar nos textos o que seus autores estavam fazendo quando escreveram e quais eram os seus reais interesses.

Mas, de qualquer modo, é necessário ter acesso a esse nível de compreensão se pretendermos interpretar os clássicos de maneira convincente. Pois compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse - ou deixou de dizer. Quando tentamos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um ‘quadro’ histórico para nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar.⁸¹

O livro mais importante de Francisco de Monçon é o *Libro Primero del espejo del Principe Christiano*. Existem duas edições desta obra: a primeira publicada em 1544 e dedicada a D. João e a segunda, escrita em 1571⁸² para D. Sebastião.

O *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano* consiste num verdadeiro manual de educação carregado de normas aristocráticas, é o que nos mostra o próprio título do livro: *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano, compuesto y nuevamente revisto, y muy emendado, con nueva composicion, y mucha addicion: por el Doctor Francisco de Monçon, cuya leccion es muy provechosa a todo gênero de personas discretas, aunque sean predicadores y cortesanos, por las muchas y sabias sentencias, y muy famosos y illustres exemplos que se ponen: adõde con varia leccion y erudicion se cõtiene una perfecta doctrina moral Christiana*. Desse modo, o que fica evidente neste título, reformulado, é que o destinatário desse corpo doutrinal e normativo continua a ser o príncipe, e também os outros protagonistas integrantes da corte. Essa singularidade se torna muito mais clara na edição de 1571, pois as doutrinas alcançaram um público muito maior. Monçon já não se dirige apenas à criação de “*un principe o niño generoso des de su tierna niñez*”, como estava expresso na primeira edição (1544), mas “*a todo gênero de personas discretas, aunque sean predicadores y cortesanos.*”⁸³

80 SKINNER, Quentin. Op. Cit.pp.13.

81 Idem..

82 Esta segunda edição está disponível no acervo de obras raras da Biblioteca Nacional.

83 BUESCU, A. I. *Imagens do Príncipe*. Op. Cit.pp. 135.

No que se refere ao seu lado aristocrático e cortesão notável, Ana Isabel Buescu conduz uma reflexão para a análise dos espelhos como um caleidoscópio de imagens do príncipe virtuoso e do perfeito soberano, num mundo em que gravitam ama de leite, amo, mestres, aios, conselheiros, corte e cortesãos, bem como a aprendizagem das letras, ciências e piedade cristã, as formas de aquisição individual das virtudes, os jogos e entretenimentos, a relação com a casa e corte e os exercícios militares⁸⁴. Este verdadeiro programa pedagógico sistematizado traça um modelo de educação socialmente definido no quadro de uma cultura aristocrática, do qual faz parte, do mesmo modo, o cenário de controle e autocontrole e passagem para a Época Moderna, no quadro de afirmação da sociedade de corte, abordado por Norbert Elias⁸⁵.

Monção dedicou ainda ao rei D. João III o *Libro Segundo dl Espejo del Perfecto Príncipe Christiano* (1545), que já tinha sido concluído quando o *Libro Primero...* foi publicado. Enquanto o itinerário pedagógico do príncipe, matéria do primeiro livro, sugere a concepção de um modelo e a elaboração de um conjunto de práticas pedagógicas destinadas à sua formação, o livro segundo contempla uma perspectiva diversa, qual seja, o protagonismo do perfeito príncipe já no exercício do poder. A concepção central que dá a singularidade ao *Libro Segundo* é o ofício de rei no âmbito da metáfora da república como *corpo místico*.⁸⁶ Embora essa visão organicista esteja subjacente, explicitamente ou não, em todos os outros textos dele, o *Libro Segundo...* leva essa percepção até as últimas consequências, compondo uma verdadeira descrição da república perfeita e trazendo, nesse sentido, um quase idêntico protagonismo à *cabeça* e ao *corpo* da república.⁸⁷ “A consideração e a sistematização desta dupla instância faz aliás do *Libro Segundo...* uma obra sem paralelo no âmbito da literatura relativa às representações políticas no século XVI em Portugal.”⁸⁸

84 BUESCU, A. I. *Memória e Poder*. Op. Cit. pp.80.

85 ELIAS, Norbert. Op. Cit.

86 BUESCU, A. I. Op. Cit. pp.78.

87 Idem.

88 Ibidem.

Outra obra significativa de Francisco de Monçón é o *Libro Primero dl Espejo dla Princesa Christiana* (1543) dedicado à D. Catarina⁸⁹, mulher de D.João III. “É certo que a mulher, especialmente a mulher nobre – donzela, casada ou viúva -, se tornou, por estes séculos, numa destinatária privilegiada de alguns tipos de textos, entre os quais, ocuparam um lugar importante algumas obras de espiritualidade e textos educativos.”⁹⁰ A referida constelação de textos permite ainda considerar essa outra vertente, que se inscrevendo no mesmo quadro normativo, privilegia um retrato no feminino:

Se a representação do perfeito príncipe e a reflexão sobre o poder e a realeza remetem, por “natureza”, para um universo necessariamente masculino, o *Libro Primero dl Espejo dla Princesa Christiana* de Francisco de Monçón traça, ainda que de forma parcelar, o retrato da perfeita princesa, numa construção que alia de forma única, no âmbito da cultura de corte em Portugal, uma dimensão áulica e, numa outra perspectiva, a configuração de práticas, comportamentos e interditos relativos ao universo feminino no século XVI.⁹¹

A autora Maria de Lurdes Fernandes é uma das referências no estudo de Francisco de Monçón e no caso feminino⁹². Ela aborda o casamento e a educação feminina na cultura peninsular nos séculos XV a XVII, e sobre o *Libro Primero... Princesa*, obra também pouco conhecida, a autora afirma ter a intenção de publicar. Ela diz que a obra coloca de maneira ‘moderna’ problemas importantes relacionados às atribuições e atitudes das princesas e damas de corte, e além do mais, procura conciliar o modelo mais vasto da ‘mulher cristã’ com o da princesa e/ou dama da corte, que não deveria necessitar de negar as suas funções sociais e cortesãs para agir como mulher cristã⁹³.

⁸⁹ Sobre isso Buescu nos diz que, na verdade, este livro foi dirigido à infanta D.Maria, talvez por ocasião do seu casamento com o príncipe Filipe no mesmo ano. Cf. BUESCU, A. I. *Imagens do Príncipe*. Op. Cit. pp.103.

⁹⁰ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. “Francisco de Monzón e a ‘princesa cristã’”. *Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas, Anexo V, Espiritualidade e Corte em Portugal (séculos XVI a XVIII)*; Porto, 1993,pp. 109-21 in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 3 (1991).

⁹¹ BUESCU, A. I. *Memória e Poder*. Op. Cit. pp.78.

⁹² Cf. também SILVA, José Manuel Marques da. *O Libro Primero del Espejo de la Princesa Christiana de Francisco de Monzón. Imagens da princesa e da dama na corte modelar de D.João III*, dissertação de mestrado em História da Cultura Portuguesa (Época Moderna), 2 vols., Porto, Faculdade de Letras, 1997, inclui a leitura e transcrição do *Libro Primero* (vol. II).

⁹³ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. “Francisco de Monzón e a ‘princesa cristã’”. Op. Cit. pp. 114.

Um terceiro autor que é fundamental nesta literatura é Sancho de Noronha. Seu livro intitulado *Tractado Moral de Louvores & Perigos Dalgus Estados Seculares* é um verdadeiro manual acerca da perfeição do príncipe cristão.

Sancho de Noronha tem uma relação estreita com a corte joanina, fidalgo de sangue real, licenciado em Teologia pela Universidade de Coimbra, Noronha assume o cargo de deão da capela do rei em 1551. Participou das cerimônias de transladação dos ossos de D. Manuel e da rainha D. Maria. Foi ainda designado bispo de Leiria e a ele cabia um verdadeiro valimento familiar junto à corte régia⁹⁴.

Seu livro, o *Tractado Moral* é publicado em 1549, e dedicado ao jovem príncipe D. João. Nele fica evidente a preocupação que o rei deve ter, já no exercício do poder, de conciliar seu lado humano, cristão e de governante repleto de virtudes. Todo o discurso de Sancho de Noronha é orientado por essa matriz bíblica para o governo de um verdadeiro príncipe cristão. “*Este retrato do perfeito soberano e da configuração dos deveres do ofício régio não é dissociável do cenário e do momento em que é proferido, por ocasião das cortes em que, perante o monarca reinante, era solenemente jurado como herdeiro do trono o príncipe D. João*”.⁹⁵

Segundo Ana Isabel Buescu, a obra de Noronha, embora contemple outros aspectos, se classifica antes de tudo, como um verdadeiro regimento do estado real. Sua dimensão, fundamentalmente moral do ofício régio, mostra que o eixo condutor do discurso normativo está entre o exercício das virtudes e a salvação eterna.⁹⁶

Enfim, para Sancho de Noronha, a condição do rei é equilibrar de uma maneira harmônica sua necessidade individual e cristã de salvação, já que ele é um homem mortal como todos os súditos. Porém, a singularidade do seu ofício o torna diferente dos outros homens, e por isso mesmo a ele cabe uma obrigação ainda maior, pois se trata da cabeça da república, o rei deve ser o exemplo. Por outro lado, também o pecado e o vício quando aparecem são sempre mais graves no rei do que nos outros homens.⁹⁷

⁹⁴ Cf. BUESCU, A. I. *Imagens do Príncipe*. Op. Cit.pp. 155.

⁹⁵ Idem, pp. 156.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Ibidem.

Também importante autor deste cenário é Diego Enríquez de Villegas, português, cavaleiro e comendador na Ordem de Cristo e vassalo de Felipe IV. Ele começou a prestar serviços militares à coroa espanhola no ano de 1615, ainda em Portugal, transferindo-se para a corte de Castela no ano de 1635.⁹⁸

Sua principal obra chama-se *El Principe em la Idea*, publicada em 1656 pela Imprensa Real em Madrid. Publicada em castelhano, esta também é uma amostra do fenômeno do bilinguismo observado no século XVI, que como disse Ana Isabel Buescu pode estar carregado de significado político, nesse caso, a adesão ao domínio filipino.

Contudo, não se pode estabelecer um paralelismo rígido entre a opção linguística e a lógica das fidelidades políticas. Em alguns casos, a autora diz que “*essa bipolaridade linguística não é senão a manifestação, mais ou menos ambígua, mais ou menos oportuna, conforme os casos, de um dado cultural enraizado*”.⁹⁹ Desse modo, a produção de Villegas deve ser avaliada sob este duplo aspecto: alinhamento político claro e dado cultural enraizado.

Ele é um autor característico do ambiente cultural típico da contra-reforma. De acordo com Maravall, não deve causar admiração a constatação de que boa parte das obras que compõem a literatura política na Espanha tenha sido composta por autores não catedráticos, ou seja, que não ocupavam assento nas universidades.¹⁰⁰

O perfil social de Villegas está de acordo com o perfil dos demais escritores do século XVII: militar e letrado. Ao analisar o conteúdo da obra *El Principe em la Idea* pode-se observar diversas características deste contexto, sendo a negação explícita do pensamento de Maquiavel, chegando a citar o nome do pensador florentino, e a subordinação da razão de Estado à moral religiosa.¹⁰¹

Enfim, Villegas caminha na mesma direção de Monçon e Sancho de Noronha, de defender que o homem, antes de qualquer coisa, deve buscar as orientações divinas. O sucesso, segundo ele, é fruto direto da ação de Deus na vida do homem que o coloca à

⁹⁸ Cf. SOUZA, Bruno Silva de. “*LA BUENA RAZÓN DE ESTADO*”. *Literatura Especular e Pensamento Político Barroco: um estudo da obra de Diego Enríquez de Villegas*. Rio de Janeiro: U.F.R.R.J., 2008. Monografia em Língua Portuguesa.

⁹⁹ BUESCU, A. I. *Memória e poder...* Op. Cit. pp.60.

¹⁰⁰ MARAVALL, José Antonio. Op. Cit. pp.30.

¹⁰¹ SOUZA, Bruno Silva de. Op.Cit. pp. 29.

frente de tudo.¹⁰² Assim, Villegas compartilha da submissão da política à religião, como alternativa às teorias de Maquiavel.¹⁰³

Lourenço de Cáceres, outro autor que se dedicou ao gênero, nascido no Reino de Algarve, e que de acordo com Ana Isabel Buescu pouco se sabe sobre a sua vida e trajetória pessoal. O que se pode apontar é que seu falecimento aconteceu provavelmente na primeira metade do século XVI¹⁰⁴, e que possivelmente estudou em Salamanca.

Ele foi um homem próximo de D. Manuel, que concedeu a ele os cargos de mestre e secretário do infante D. Luís. Em 1521, o rei confia-lhe uma missão de caráter diplomático junto de Carlos V, por ocasião de sua coroação como imperador, da qual Cáceres regressou a Portugal depois da morte do rei.¹⁰⁵ Ele foi também designado pelo monarca para elaborar a crônica latina dos reis de Portugal, missão que, segundo Buescu ele não realizou.

Cáceres foi um homem muito próximo do rei e da corte, no reinado de D. Manuel e também no de D. João III, e por eles foi encarregado de trabalhos, que não chegou a realizar por causa de sua morte precoce. No entanto, ele publicou duas obras que demonstram essa proximidade: *Condiçoens, e Partes, que hade ter hum Bom Príncipe*, dedicada a D. Luís, segundo filho de D. Manuel e irmão de D. João III, e o *Tratado sobre os Trabalhos do Rei*, dedicado a D. João III.¹⁰⁶

Para Ana Isabel Buescu, o primeiro livro de Cáceres não tem grande originalidade na literatura especular, e o próprio autor se propõe a apresentar ao príncipe herdeiro, D. Luís, “conselhos da doutrina colhida dos livros que achou” e não uma doutrina própria ou original. Ele afirma fazer o que muitos outros escritores fizeram com seus discípulos, com o intuito de oferecer uma obra que sistematize as virtudes necessárias ao bom príncipe.¹⁰⁷

¹⁰² Idem, pp.31.

¹⁰³ Esta é uma discussão aprofundada em SOUZA, Bruno Silva de. Op. Cit. Cf também Senellart. Op. Cit.

¹⁰⁴ BUESCU, A. I. *Imagens do Príncipe*. Op. Cit. pp. 162.

¹⁰⁵ Idem, pp. 163.

¹⁰⁶ Ibidem, pp.164.

¹⁰⁷ Apud BUESCU A. I. *Imagens do Príncipe*. Op. Cit. pp 165. Na verdade, os espelhos seguem uma tradição que não se restringe à Península Ibérica, nem tampouco podemos falar em originalidade nas outras obras que também foram analisadas por Buescu.

No discurso moralizante da obra atribuída a D. Luís se orientam características como o recurso às figuras emblemáticas de Hércules, Ulisses e Eneias, heróis guerreiros, que são exemplos de virtudes, e são utilizados por Cáceres para demonstrar o quão difíceis são esses caminhos, e que são, ao mesmo tempo, esses caminhos que D. Luís deve percorrer.¹⁰⁸ Da mesma maneira, são necessárias a ele, neste quadro de imagem que está sendo construído, a piedade e o amor de Deus. E ainda, para Cáceres a amizade “é a melhor e mais divina parte que existe nas coisas humanas”, ficando atrás somente da religião.¹⁰⁹

O príncipe tem necessidade tanto do dever quanto de passatempos, um deles que Cáceres destaca é o jogo, embora seja alvo de reservas por causa dos vícios que provoca, e também o exercício da caça, atividade que segundo ele era uma das favoritas de D. Luís. Sobre as duas atividades são dedicados dois capítulos no livro, com argumentos e autoridades a favor e contra. De qualquer modo, mesmo tendo sido criticado, Buescu nos diz que esta obra de Cáceres, *Condiçoens, e Partes, que hade ter hum Bom Príncipe*, alcançou certa notoriedade, antes mesmo da sua primeira impressão no século XVIII, comprovada pelo número de sete cópias conhecidas.

Já a segunda obra de Cáceres, *Tratado sobre os Trabalhos do Rei*, ocupa um outro patamar neste cenário, pois é mais elaborada e de maior densidade. A sua diferença está no discurso que foge da tradição normativa, do cortejo das virtudes e primores do rei, mas pelo contrário, evidencia os trabalhos que envolvem o estatuto de rei. Neste livro, Cáceres organiza o discurso em função de uma articulação entre as referências de caráter abstrato com os trabalhos do rei frente à justiça, a paz e a guerra, as traições e a ingratidão dos súditos.

Por fim, um dado relevante sobre esta obra é que, de acordo com a autora, ela sofreu um plágio¹¹⁰ por Jorge de Montemor. Buescu aponta que este texto teve sua memória perdida, e a primeira publicação aconteceu somente no século XX. A obra de Montemor chama-se *Los Trabajos de los Reyes*, e se trata de uma tradução do tratado de Cáceres. E de

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Apud BUESCU A. I. *Imagens do Príncipe*. Op. Cit. pp 167.

¹¹⁰ É assim que Ana Isabel Buescu trata, embora não saibamos sobre o uso do termo antes do século XIX.

acordo com Eugenio Asensio, o livro de Montemor pode ser observado como “uma forma superlativa de admiração”.¹¹¹

Mais um autor que segue a linha literária é Juan de Mariana, um padre espanhol, jesuíta e historiógrafo – cronista. Estudou na Universidade de Alcalá e seus livros foram produzidos a partir do ano de 1574. Suas principais obras são *Historia de Espana*, de 1592 e *De Rege et Regis Institutione*, de 1599.¹¹²

Este último livro foi encomendado pelo amigo e protetor do jesuíta, García Loaysa, tutor do então príncipe herdeiro, que ascenderia ao trono como Felipe III.¹¹³ O texto contém uma análise de qual deve ser a melhor educação do príncipe e quais virtudes são mais relevantes ao seu ofício. Mariana não foge à regra em relação ao leque de virtudes principescas: liberalidade, clemência, fidelidade, dentre outros. Ou seja, defende uma educação direcionada à constituição das virtudes régias baseadas na moral cristã.

Os objetivos pedagógicos de Mariana são bem claros: ensinar as virtudes que deve possuir um Príncipe cristão, ou seja, as virtudes morais, intelectuais e teológicas que deverão ser aprendidas *através da educação*, pois são elas que condicionarão as boas ações régias. A educação aqui não é somente intelectual, mas muito mais *político-moral*; é educação da vontade, ou seja, educação comportamental, e é aí que reside também sua etiqueta cortesã.

Por fim, temos o frei espanhol Antonio de Guevara, que alcançou um enorme prestígio e ascensão social com dois livros: *Relox de Príncipes* e *Libro Áureo de Marco Aurélio*¹¹⁴. O primeiro livro foi publicado em 1529, dedicado a Carlos V, e teve uma

¹¹¹ Idem, pp.172.

¹¹² Para um aprofundamento sobre a obra e o autor, cf. NEVES, Walter Luiz de Andrade. *Juan de Mariana e a educação de Felipe III: a Religião e a República em De Rege et Regis Institutione (Espanha – Século XVI)*. Rio de Janeiro: U.F.R.R.J., 2008. Monografia em Língua Portuguesa.

¹¹³ Idem, pp. 39.

¹¹⁴ Trataremos aqui somente das características do primeiro, no entanto, para informações sobre o Livro Áureo, consultar BUESCU A. I. *Imagens do Príncipe*. Op. Cit.pp 173.

repercussão sem igual, não somente no mundo ibérico, como em toda a Europa. O *Relox* contou com a publicação de uma centena de edições em várias línguas européias.

Trata-se de uma obra especular com teor normativo acentuado, de regras a serem cumpridas em relação à educação, amamentação, família, matrimônio, armas e etc. Um dado curioso em Guevara, se comparado a Monçon, é que ele defende a amamentação materna do delfim.¹¹⁵

Sobre a biografia do frei temos informações de que foi nascido em uma família de nobres e que na juventude frequentou a corte dos reis católicos, o que lhe garantiu mais tarde cargos e o valimento ao lado do rei. Foi nomeado, em 1523 por Carlos V, como pregador imperial, fato que marca o início da sua ascensão social, depois como inquisidor do Santo Ofício e cronista oficial do imperador.¹¹⁶

O *Relox*, embora tenha a estrutura tradicional dos espelhos de príncipe, também se mostra uma obra pautada com as preocupações sociais e políticas da Espanha do tempo de Guevara. De acordo com Buescu, problemas ligados à paz e à guerra norteiam o livro, bem como a conquista da América.

A sua profunda reflexão sobre a guerra, entroncando numa especulação de caráter teórico, assume uma feição de extrema atualidade ao radicar na experiência da revolta dos *comuneros*, mas também de uma Europa que, no final dos anos vinte, não conhecia a paz entre os monarcas cristãos, assistira, entre aterrada e perplexa, ao saque de Roma pelas tropas imperiais em 1527, e se confrontava, simultaneamente, com o perigo turco.¹¹⁷

Em relação à conquista do novo mundo, Guevara condena a guerra de conquista, como ainda idealiza a figura do indígena, num pensamento bem próximo ao de Las Casas, acreditando na imagem do bom selvagem.

Nesse sentido, as ideias propostas pelos autores citados neste capítulo mostram a prática comum na idade moderna de se teorizar sobre a educação do príncipe herdeiro, bem como a extensão destas ideias à aristocracia cortesã. Podemos pensar, então, numa “cultura

115 BUESCU, A. I. *Imagens do Príncipe*. Op. Cit.pp. 176.

116 Idem, pp. 177.

117 Ibidem, pp. 178.

política ibérica”¹¹⁸, caracterizada pelo forte traço cristão e o anti maquiavelismo, presente na maioria das obras.

¹¹⁸ Temos que analisar estes exemplares ibéricos não como originais, e totalmente diferentes daquilo que era produzido em outras partes da Europa, uma vez que esta tradição especular também era comum em outros reinos. Porém, o que se tentou mostrar foi o forte apelo religioso nas obras ibéricas, com a união da política à religião.

CONCLUSÃO

Ao finalizar temos o seguinte questionamento: Por que obras tão ricas e cheias de informações sobre o mundo e a política modernas e a maneira como a educação era tratada são deixadas de lado pela historiografia? Qual o motivo para essa desvalorização?

Michel de Certeau nos diz que “*em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira*”.¹¹⁹ A origem dos nossos Arquivos modernos já reflete a combinação de um grupo (“os eruditos”), de lugares (as “bibliotecas”) e de práticas (de cópia, de impressão, de comunicação, de classificação, etc.). Pois essa “operação técnica”, a do historiador de separar e selecionar as fontes foi inaugurada no Ocidente com as “coleções”, reunidas na Itália e, depois, na França, a partir do século XVI, com o financiamento dos grandes Mecenas para tomar posse da história (os Médicis, os duques de Milão, Carlos de Orleães e Luis XII, etc.). Sobre isso, Certeau nos diz:

Nelas se conjugam a criação de um novo trabalho (‘coleccionar’), a satisfação de novas necessidades (a justificação de grupos familiares e políticos recentes, graças à instauração de tradições, de cartas e de ‘direitos de propriedade’ específicos), e a produção de novos objetos (os documentos que se isolam, conservam e recopiam) cujo sentido, de agora em diante, é definido pela sua relação com o todo (a coleção). Uma ciência que nasce (‘a erudição’ do século XVII) recebe com estes ‘estabelecimentos de fontes’ - instituições técnicas - sua base e suas regras.¹²⁰

Sobre o modelo de educação e sua relação com a política, com a preocupação de formar além de um futuro governante cheio de méritos e bons costumes, também se pensava numa extensão destas normas e regras de bons modos aos nobres, no intuito de formar bons súditos. E esta prática não se reduz ao século XVI, ela ultrapassa os setecentos e se apropria dos ideais iluministas para modificar o modo como a educação era

¹¹⁹ CERTEAU, Michel de. “A Operação Historiográfica”. In.: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 2ª ed., 2000, pp. 81.

¹²⁰ CERTEAU, Op. Cit. pp.81.

abordada¹²¹. Acerca disto nos fala Thais Nivia de Lima e Fonseca numa perspectiva que relaciona o conceito de civilização, civilidade, instrução pedagógica e normativa nos moldes europeus e como estes chegavam e eram adaptados à América.¹²²

Quentin Skinner¹²³ produziu uma análise do pensamento político moderno. E o seu método pode ser analisado junto ao nosso questionamento sobre a desvalorização dos espelhos de príncipes enquanto fontes riquíssimas do mundo moderno. O método postulado por ele no início do livro (em oposição aos “textualismos” característicos de outras obras sobre a história da teoria política) é de particular contribuição para o estudo do tema, já que Skinner propõe uma relação entre a ideologia e a ação política, na tentativa de cercar os clássicos com o seu contexto ideológico adequado, para a partir de então ser possível “construir uma imagem mais realista de como o pensamento político, em todas as suas formas, efetivamente procedeu no passado”.¹²⁴

O autor diz ainda que a adoção dessa abordagem também poderá ajudar a lançar luz sobre algumas das conexões entre a teoria e a prática políticas. Pois enquanto os historiadores da teoria política continuarem a pensar sua tarefa em termos basicamente de interpretação de um cânone de obras clássicas, não deixará de ser difícil estabelecer vínculos mais próximos entre as teorias políticas e a vida política.

Ao invés disso, aponta que se eles se considerarem essencialmente só estudiosos de ideologias, poderá vir à luz uma razão fundamental porque a explicação do comportamento político depende do estudo das ideias e princípios políticos, sem os quais ela não pode ser levada a cabo com alguma significação.¹²⁵ Ou seja, o que Skinner propõe é que a história da teoria política deve ser escrita como uma história de ideologias, para se compreender melhor as relações entre a teoria e a prática políticas. Nesse caso, seu método contribuiria

¹²¹ Com as ideias iluministas em questão, o foco agora era, ao invés de formar bons súditos, formar bons cidadãos, conscientes do seu papel na sociedade. Para isso, a escola tinha um papel fundamental. A partir dessa ótica universalista, que se ampliou com o iluminismo, a educação era um instrumento na organização harmônica da sociedade, em que seu maior objetivo era o bem comum.

¹²² Cf. FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: Civilidade, ordem e sociabilidade na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

¹²³ SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. Revisão técnica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 4a reimpressão: 2003

¹²⁴ SKINNER, Quentin. Op. Cit. pp. 11.

¹²⁵ Idem, *ibidem*.

para entender melhor as relações entre as obras (Espelhos de Príncipes) e seus autores, envolvendo todos os interesses e o contexto que os cercam.

O processo educacional do príncipe permeia as fontes estudadas aqui. Embora salientadas as devidas particularidades pertinentes a cada momento, às ideologias dos autores e ao contexto social, porém, no geral vimos que, na maior parte das vezes, esteve atrelada a preocupações maiores, seja com a conformação social do indivíduo ou ainda aos outros aspectos como a preocupação com a ética, com a moral e com os preceitos políticos.

Para além disso, trabalhamos um gênero retórico e historiográfico pouco explorado, a literatura especular, que se mostra como um universo riquíssimo a ser estudado, no entanto, cheio de dificuldades em relação ao acesso às fontes, bem como à leitura desses manuscritos¹²⁶.

Ainda em relação aos espelhos de príncipes, os principais autores e obras do mundo moderno ibérico foram analisados com o intuito de oferecer exemplos os mais diversos dessa temática, na tentativa de adequar o conceito de cultura política ao mundo moderno.

Espera-se que este estudo tenha contribuído para apresentar os aspectos centrais dos pensamentos de alguns autores, que como dito no início, são até então pouco conhecidos e explorados no universo historiográfico. E, nesse sentido, incitar a reflexão sobre o tratamento dado às fontes no espaço acadêmico, na seleção e organização do que deve ser tido como merecedor para o estudo de pesquisadores, bem como pensar na relevância da existência de pesquisas dedicadas não aos grandes autores, de obras clássicas que se tornaram verdadeiros cânones, mas a necessidade de enxergar aqueles autores menores como maneira de aprofundar e elevar o nível do debate. Assim, estaremos contribuindo tal como abordado anteriormente e proposto por Michel de Certeau e Quentin Skinner.

¹²⁶ As dificuldades se referem ao acesso às fontes (a maioria se encontra nas bibliotecas portuguesas e espanholas) e à leitura desses manuscritos, além da dificuldade com o idioma, também em relação ao estado de conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. “*A Análise Histórica*”. In.: Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa – América. 5ª ed. s/d.

BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-49)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

_____. *Memória e Poder: ensaios de história cultural (séculos XV- XVII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000. (Tese de Doutorado).

CERTEAU, Michel de. “A Operação Historiográfica”. In.: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 2ª ed., 2000.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2 Vols., 1993.

_____. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: Civilidade, ordem e sociabilidade na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Somos todos da Idade Média. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Março de 2008. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1450>.

GALLINO CARRILO, Maria Angeles. *Los Tratados sobre Educación de Principes. Siglos XVI y XVII*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948.

HANSEN, João Adolfo. *Educando Príncipes no Espelho*. Publicado em FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr., Moysés (Org.). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez Editora, 2002, v. 1, p. 61-97. Disponível em <<http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/view/81>>.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. *Os manuais de História da Educação e a educação medieval: aproximações e distanciamentos na historiografia sobre Idade Média*. In: BUTIÑÁ JIMÉNEZ, Julia, e COSTA, Ricardo da (coord.). *Mirabilia 9 Aristocracia e nobreza no mundo antigo e medieval –Dezembro 2009/ISSN 1676-5818*.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, pp. 227-250.

LIMA, Margareth Pereira. *A Educação do Príncipe Cristão na Literatura Especular do Antigo Regime Ibérico: uma análise da obra de Francisco de Monçon*. (Portugal século XVI). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010.

MARAVALL, José Antonio. *Teoria española del Estado en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, Vols. III e IV, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: Idem (org.) *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NEVES, Walter Luiz de Andrade. *Juan de Mariana e a educação de Felipe III: a Religião e a República em De Rege et Regis Institutione (Espanha – Século XVI)*. Rio de Janeiro: U.F.R.R.J., 2008. Monografia em Língua Portuguesa.

OLIVEIRA, Ricardo de. *Pela Graça do Rei. Um estudo sobre o valimento no Antigo Regime Ibérico. O caso de Alexandre de Gusmão*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004. (Tese de Doutorado).

_____. “Valimento, privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH Nacional, V. 25, No. 50, Agosto-Dezembro, 2005. pp. 217-238.

_____. “Amor, Amizade e Valimento na Linguagem Cortesã do Antigo Regime”. *Revista Tempo*. Niterói: UFF - Programa de Pós-Graduação em História, Vol. 11, no. 21, Jul-Dez 2006. pp. 109-132.

RUCQUOI, Adeline e BIZZARRI, Hugo O. *Los Espejos de Príncipes en Castilla: entre Oriente y Occidente. Cuad. Hist. Esp.* [online]. ene./dic. 2005, vol.79 [citado 20 Abril 2008], p.7-30. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0325-11952005000100001&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0325-1195.

SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SOUZA, Bruno Silva de. “*LA BUENA RAZÓN DE ESTADO*”. *Literatura Especular e Pensamento Político Barroco: um estudo da obra de Diego Enríquez de Villegas*. Rio de Janeiro: U.F.R.R.J., 2008. Monografia em Língua Portuguesa.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. Revisão técnica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 4ª reimpressão: 2003